

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.123 - EC (2019/0363971-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : UNIDAD JUDICIAL CIVIL CON SEDE EN LA PARROQUIA
INAQUITO DEL DISTRITO METROPOLITANO DE QUITO,
PROVINCIA DE PICHINCHA
INTERES. : CNH INTERNATIONAL SA
INTERES. : CNH LATIN AMERICA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE : LUIS VICENTE DOMINGUEZ ORDONEZ
ADVOGADOS : SÉRGIO VARELLA BRUNA E OUTRO(S) - SP099624
LUIS FERNANDO GUERRERO E OUTRO(S) - SP237358
ADVOGADOS : PATRICIA PAOLIELLO LAMANERES BINNIE E OUTRO(S) -
SP271446
GABRIEL JOSE DE ORLEANS E BRAGANÇA E OUTRO(S) -
SP282419
HUGO TUBONE YAMASHITA E OUTRO(S) - SP300097
JOSÉ ORLANDO DE ALMEIDA ARROCHELA LOBO E
OUTRO(S) - SP071201
MARINA VOLPATO ETTRURI E OUTRO(S) - SP344813
LUIS FERNANDO BATISTA HIAR E OUTRO(S) - SP356206
TIAGO ÂNGELO DE LIMA E OUTRO(S) - SP315459
MARINA MACIEL DE BARROS E OUTRO(S) - SP328985
JULIA SIMÃO GODEGHESI E OUTRO(S) - SP357277
VALDO CESTARI DE RIZZO E OUTRO(S) - SP103603
CAMILA DE FIGUEIREDO PINHO E OUTRO(S) - SP385137
ALFREDO CABRINI SOUZA E SILVA E OUTRO(S) - SP405181
LUCAS LEITE ALMENDRA E OUTRO(S) - SP412074
LIGIA MARIA FERREIRA OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP423170
BÁRBARA MARQUES RAUPP E OUTRO(S) - SP435155
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça do Equador solicita que se proceda à citação da empresa CNH LATIN AMERICA para responder a ação de danos e prejuízos.

A intimação prévia foi recebida no endereço indicado, conforme o documento postal de fls. 657-658. Transcorreu *in albis* o prazo para apresentar impugnação (fl. 659).

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur*, mas requereu que a interessada seja regulamente

Superior Tribunal de Justiça

intimada (fls. 661-664).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem (fl. 659).

É o relatório. Decido.

Apesar de a intimação prévia ser procedimento preliminar da concessão do *exequatur*, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. A parte interessada ainda terá oportunidades para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para as providências cabíveis.**

Cumpra-se a diligência em 90 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente